

ECONOMIA

Orçamento não prevê reajuste de 5%

Reserva para reestruturação do funcionalismo federal, em 2023, é em valor menor do que o necessário para conceder o aumento

DE BRASÍLIA

Enquanto o Governo Federal estuda conceder um reajuste linear de 5% para o funcionalismo federal ainda este ano para debelar as greves e operações padrão dos servidores, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 prevê expressamente aumento de salários, auxílio-alimentação e auxílio-creche dos servidores e reestruturação de carreiras do funcionalismo no próximo ano, mas não considera os 5%.

Segundo o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, o governo reservou R\$ 11,7 bilhões para reajustes e reestruturações de carreiras em 2023. Neste ano, a reserva é de R\$ 1,7 bilhão. Colnago disse que, se for oficializado um reajuste linear de 5% aos servidores federais neste ano, o custo em 2023 seria de R\$ 12,6 bilhões.

Com isso, será necessário aumentar a reserva de R\$ 11,7 bilhões. Neste ano, a estimativa de impacto do aumento, incluindo civis e

TRÂMITE

O PLDO foi enviado ao Congresso na noite da última quinta-feira.

O Governo propôs uma meta de déficit primário de R\$ 65,9 bilhões para as contas do Tesouro Nacional, INSS e Banco Central em 2023.

Isso é equivalente a 0,63% do Produto Interno Bruto (PIB).

militares, é de R\$ 6,3 bilhões para o segundo semestre. Os sindicatos dos servidores consideraram insuficiente o reajuste de 5% e prometeram aumentar as paralisações e greves nas próximas semanas.

NA MESA

Colnago ressaltou que o reajuste de 5% está na mesa, assim como outras propostas. “Falta decisão, não há nenhuma decisão clara comunicada sobre o 5%”, afirmou. Na semana passada, fontes que participaram de uma reunião entre ministros e o presidente Jair Bolsonaro (PL) disseram que o martelo já teria sido batido pelo reajuste



MARCELO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL

Valor necessário para cobrir o reajuste sinalizado pelo Governo é de R\$ 12,6 bi; o PLDO prevê R\$ 11,7 bi

linear nessa ordem.

De acordo com o secretário, o governo só vai efetiva-

mente decidir a reserva para reajustes em 2023 quando houver o envio do Orça-

mento do próximo ano, até o fim de agosto.

O PLDO de 2023 não

traz percentuais de reajustes ou valores a serem usados na recomposição salarial dos servidores.

“Para o ano de 2023, ao abordar a as prioridades e metas da administração pública, o PLDO apresenta a previsão de reajuste e reestruturação de cargos e carreiras”, informou o Ministério da Economia, em sumário executivo sobre a proposta.

FÓRMULA

O projeto também abre a possibilidade de reajuste do auxílio-alimentação ou refeição e da assistência pré-escolar aos servidores federais, mas apenas quando o valor per capita vigente do benefício da categoria for igual ou inferior ao valor per capita da União.

O aumento do tíquete refeição foi uma alternativa defendida pelo Ministério da Economia para tentar apaziguar os servidores neste ano, mas os sindicatos envolvidos nas negociações consideraram a oferta insuficiente. (Estadão Conteúdo)